



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2026

À Comunidade Universitária da UFSC,
Ao Conselho Universitário,
Ao reitor.

Colegas:

Em uma sessão histórica que derrotou os adversários da democracia na UFSC no dia 2 de maio de 2022, este Egrégio Conselho Universitário, após o resultado da Consulta à Comunidade Acadêmica e por ampla maioria, homologou meu nome como vice-reitora para o período 2022-2026. Tal ato foi necessário para que pudéssemos alcançar inúmeras conquistas nestes anos, mas não foi suficiente para assegurar o cumprimento do projeto eleito como Universidade Presente.

Hoje, apresento minha renúncia ao cargo. Esta é uma decisão tomada com o peso da responsabilidade perante os votos que nos conduziram a esta gestão e em face do compromisso ético que assumi com cada pessoa, estudante e servidora técnica e docente. Quero agradecer pela confiança que recebi da comunidade universitária e da expressiva maioria dos membros deste Conselho em 2022 e ao longo da gestão. As interlocuções no CUn resultaram em decisões muito importantes e aprendizados sobre representação, participação e democracia. Em meu exercício da vice-reitoria, espero ter honrado as ações, os compromissos institucionais e o programa em que a comunidade confiou.

A aliança política que construímos em 2022 e que deu o desenho inicial da atual gestão foi se fragilizando com o tempo. Depois de inúmeras tentativas fracassadas de revitalizar e retomar a trajetória de gestão participativa e democrática com que nos comprometemos, formalizamos o rompimento em outubro de 2025. A prática administrativa atual distanciou-se irremediavelmente do projeto coletivo que defendemos nas urnas. Fomos eleitos(as) sob a promessa de uma gestão democrática, mas o que se seguiu foi a sistemática centralização das decisões, levando à exclusão da vice-reitora.

A violência política de gênero permeou meu exercício no cargo. O silêncio do reitor sobre os reiterados ataques que sofri – de membro da gestão e até mesmo durante sessões do Conselho Universitário – é reflexo de uma cultura institucional que restringe sistematicamente o espaço de mulheres na liderança. Aceitar ou reproduzir tais condições negligencia a luta de todas as mulheres da UFSC. A paridade de gênero no primeiro escalão exige mais do que assentos à mesa: exige o direito à discordância e ao controle sobre recursos. Paridade de gênero é uma falácia quando decisões estratégicas, controle orçamentário e articulação política permanecem confinados em um único homem – ou em seus amigos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Apesar de resistências internas e omissões, conseguimos avançar nas políticas de promoção da igualdade, com novas normas que ampliaram direitos a estudantes e às pessoas que trabalham na UFSC. Levamos à votação no CUn as recomendações da Comissão da Memória e da Verdade. Ampliamos e equiparamos o valor das bolsas. Tornamos a universidade palco para a vivência constante da cultura popular, da arte e do esporte. Consolidamos importantes avanços em pesquisa e inovação, democratizando resultados. Adotamos uma política de internacionalização que valoriza as conexões com o Sul Global. E abrimos as portas da universidade para receber e dialogar com coletivos e movimentos sociais.

Ainda precisamos avançar muito no que se refere às pautas coletivas de estudantes de baixa renda, mulheres, pessoas negras, indígenas e quilombolas, Lgbtqiapn+, pessoas com deficiência, entre outros grupos sociais. A ampliação do acesso à universidade pública foi fruto de muita luta, mas ainda estamos longe de assegurar permanência com dignidade e igualdade real de oportunidades. Precisamos prosseguir e construir soluções. Estou certa de que a comunidade acadêmica reconhece tais problemas.

Observo com preocupação a postura passiva da reitoria frente à crise orçamentária. A falta de articulação política junto ao MEC e a outros órgãos federais deixa a UFSC vulnerável. Nossa universidade precisa de uma liderança que defenda a instituição com firmeza em Brasília, e que não se limite à administração passiva da escassez. Restringir-se a gerir o que recebe, reduzir contratos de limpeza e segurança, e justificar a paralisia pela "falta de repasses" é uma postura burocrática que aceita a asfixia da instituição. Um reitor com competência na gestão institucional entende que o orçamento se disputa no Congresso e no MEC. Tal liderança deve construir conexões, articular com a bancada federal do estado e pressionar por recomposições orçamentárias, tratando a educação como investimento estratégico, além de discutir com transparência as receitas próprias e a composição das despesas.

A UFSC é uma das mais respeitadas universidades do país. Sua ausência nos espaços de decisão nacional tem consequências práticas, como a perda de repasses específicos: muitos recursos (emendas parlamentares e projetos de ministérios, por exemplo) dependem de presença e articulação política constantes em Brasília. Sem protagonismo nacional, a UFSC torna-se uma espectadora das decisões que afetam seu próprio futuro.

A defesa da UFSC hoje exige que eu me some a um projeto que resgate a competência e a humanidade na/da gestão. Sigo acreditando que a sintonia entre competência administrativa e a defesa intransigente da dignidade humana é a única via para superarmos a paralisia atual.

Atenciosamente,

Joana Célia dos Passos
Vice-Reitora da UFSC (Gestão 2022-2026)